

Sarney propõe reforma, mas recusa Constituinte

Da sucursal de
BRASÍLIA

O presidente nacional do PDS, senador José Sarney, embora acautando quase todas as propostas formuladas na semana passada pelo PMDB, situou quatro pontos de divergência entre os dois partidos, para propor, em lugar da Assembléia Constituinte, uma reforma ampla da atual Constituição pelo Congresso, depois de ouvido o "sentimento nacional". Sustentou não ser possível renunciar à maioria pedessista no colégio eleitoral, apesar de o partido se dispor ao exame das eleições diretas para presidente, "sem retroagilas, para não perdermos um direito conquistado nas urnas".

Os outros dois pontos divergentes pertencem à área econômica: o PDS não aceita, como propôs Ulysses Guimarães, a ruptura com o Fundo Monetário Internacional, "que não auxiliaria a retomada do desenvolvimento", e a declaração unilateral de moratória, "que deixa de ser um tema econômico para se transformar numa proposta política".

RESPOSTA

O discurso que Sarney fez ontem concentrou-se exclusivamente em responder, item por item, às sugestões apresentadas pelo presidente nacional peemedebista, na semana passada, começando com uma concordância quanto à necessidade de diálogo, por entender que o Brasil precisa mais do que nunca, de unidade. "Esta é a hora de saber negociar, passo a que se dispõe o PDS."

Sarney falou durante uma hora, sem receber nenhum aparte do plenário, ao qual acorreram numerosos deputados. O líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena (PB), ao final pediu a palavra para anunciar que o seu partido vai "examinar atentamente" o pronunciamento para, oportunamente, dar a resposta.

Depois de oferecer uma visão sobre o desempenho dos setores econômico, social e político, com a citação de dados sobre o crescimento do País, disse o dirigente nacional pedessista: "São números de dura realidade". Sustentou ainda que "os problemas do Brasil são problemas de sua grandeza".

PROPOSTAS

Tecnicamente, Sarney estrutu-

rou seu discurso mencionando as propostas do PMDB, seguidas de breves comentários. Das propostas econômicas, o senador pelo Maranhão concordou com 12, a começar pela sugestão de se elevar imediata e progressivamente o nível da atividade econômica, recusando a recessão. O PDS, segundo adiantou, concorda com o objetivo dessa proposta, mas adverte que ficou faltando a metodologia para alcançar o objetivo. Ele acha que a retomada do processo de desenvolvimento, com a consequente melhoria das oportunidades de trabalho, será o desdobramento natural do programa governamental em curso, já que a desaceleração atual da economia e suas consequências são fenômenos da conjuntura.

Considerando contraditória a proposta dessa retomada com a declaração unilateral de moratória de nossa dívida externa, Sarney advertiu que tal medida determinaria imediato aprofundamento do processo recessivo.

Sarney declarou-se ainda de pleno acordo com a elevação do salário médio real. Observou, no entanto, que o PMDB é mais exigente do que o PDS na formulação de uma política de contenção salarial. A posição do PDS, refletida no Decreto-Lei nº 2.045 (em exame no Congresso), permite, no seu entender, além da correção, o acréscimo por produtividade, enquanto pelo raciocínio do PMDB os salários estariam condenados à redução, levando-se em conta que a produtividade real da economia declinou nos últimos três anos.

O senador pelo Maranhão disse concordar também com a proposta de aumento da eficiência e competitividade do setor estatal da economia. Mas observou que essas empresas não se incluem numa economia de mercado. A proposta foi considerada de profundo interesse, porque "se torna quase insuportável para o País a expansão incontrolável da estatização, que já chega a registrar 75% dos investimentos".

Da mesma forma, concordou com o fortalecimento da iniciativa privada, "base de uma sociedade pluralista e aberta", garantindo que o PDS não contesta a necessidade de restringir o acesso do Estado ao mercado de capitais.

Outros pontos de concordância: reforma tributária, taxaço de ga-

nhos de capital, fortalecimento do mercado interno, reforma agrária e reforma do sistema monetário e financeiro. Lembrou que a cada ano se torna maior a participação dos ganhos de capital na receita da União. A reforma agrária, notou, está-se processando de maneira democrática e acelerada, sem traumas, tanto que o governo criou um Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários.

RENEGOCIAÇÃO

A parte relativa à proposta de rompimento com o FMI mereceu demorados comentários de Sarney. Ele acha que o rompimento seria prejudicial e lembrou que o Brasil é um dos fundadores daquele organismo. Essa ruptura e a moratória, garante, significariam ainda a perda das linhas de crédito com o Banco Mundial.

POLÍTICA

José Sarney não concorda com a tese peemedebista de convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, entendendo que o atual Congresso tem representatividade suficiente e ampla liberdade para esse trabalho.

A proposta do senador é de uma reforma ampla em que a Nação seja ouvida através de discussão por todos os seus segmentos, para que o Congresso reflita o sentimento nacional.

Ao analisar a tese das eleições diretas para presidente da República, Sarney definiu-a como "outra proposta de divergência". E explicou não ser necessário para uma democracia plena a prática de eleições diretas.

Sustentou ser o PDS detentor de um direito adquirido nas urnas de 15 de novembro, não lhe sendo possível abrir mão da eleição do sucessor de Figueiredo. Lembrou, a propósito, que os próprios eleitores sabiam que estavam votando para a formação de um colégio eleitoral, que não pode ser acusado de ilegítimo.

Embora admitindo que, para o futuro, o PDS está disposto a examinar o restabelecimento das eleições diretas, Sarney ressaltou que o seu partido não pode renunciar a um direito e a "esse imperativo mandado".